

Oportunidades e desafios para jovens na reconstrução de Cabo Delgado



Introdução

As estatísticas em Moçambique mostram que os jovens são a maioria da população (79% da população tem menos de 35 anos)¹. Embora muitos estejam em idade activa, o maior problema enfrentado por esta camada é a falta de oportunidades de emprego e espaço para a criação e desenvolvimento de ideias empreendedoras,

limitações que muitas vezes resultam do excesso de burocracia que caracteriza as instituições públicas moçambicanas².

Na província de Cabo Delgado, por exemplo, até 2017 cerca de 77.3% do total da população tinha menos de 35 anos, dos quais 39.5% estavam em idade activa. A província conta com a mais alta taxa de analfabetismo

em Moçambique - 53%, e cerca de 80% do total da população com ocupação prática agrícola, silvicultura e pesca³.

Paralelamente, a partir de finais da primeira e início da segunda década do presente século, a província viu-se envolvida numa economia de Gás Natural Liquefeito (LNG, na sigla inglesa), dinamizada pelas empresas

¹Instituto Nacional de Estatística (INE). IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017: Resultados Definitivos. Moçambique, 2017.

²Jornal O País. Moçambique entre as 12 economias onde abrir empresas é mais difícil. Disponível em <https://www.opais.co.mz/mocambique-entre-as-12-economias-onde-abrir-empresa-e-mais-dificil/>, acessado em 4 Jul. 2022

³Instituto Nacional de Estatística (INE)... *op.cit.*

de prospecção e pesquisa, empresas de exploração e produção e as de apoio logístico. Aos projectos de GNL, acresce-se a indústria de pedras preciosas (rubis) em Montepuez e as minas de grafite em Ancuabe e Balama. O ponto em comum é que todas as reservas (gás, rubis e grafite) são apresentadas como das maiores que existem no mundo, o que obviamente criou grandes expectativas no seio da população de Cabo Delgado, particularmente dos jovens que procuram mecanismos de afirmação na sociedade.

Contrariamente a todas expectativas criadas, os primeiros anos de implantação e desenvolvimento dos projectos demonstraram um fraco envolvimento dos jovens locais, reflectindo o fraco acesso à educação profissional e profissionalizante, e a falta de domínio do inglês – língua de trabalho nos grandes projectos, situação que levou as empresas multinacionais a optarem por contratar jovens oriundos de outras áreas geográficas diferentes do local da implantação dos projectos.

Aliás, alguns estudiosos associam a emergência e estruturação do extremismo violento em Cabo Delgado com a frustração das expectativas da juventude, ligando a adesão dos jovens desta província ao recrutamento com a ideia de terem sido instrumentalizados devido à falta de oportunidades de emprego, recursos materiais, qualificações literárias e marginalização⁴, num contexto em que estão em *waithood*⁵ com inúmeras necessidades por atender.

O extremismo violento em Cabo Delgado

é caracterizado por decapitação de civis, destruição de habitações e infra-estruturas do Estado, o que provocou uma grave crise humanitária que afecta mais de 800 mil pessoas deslocadas e a perda de cerca de 23 mil postos de trabalho devido à suspensão das actividades de muitas empresas, como a petrolífera francesa TotalEnergies que suspendeu, por tempo indeterminado, o projecto de LNG devido a questões de segurança⁶.

Desde o início dos ataques em Outubro de 2017, o Governo não assumiu a pobreza, frustração das expectativas e desigualdades socioeconómicas como parte das causas do conflito, conforme sugeriam as primeiras leituras de pesquisadores e académicos sobre as possíveis motivações para o engajamento dos jovens no extremismo violento⁷. As autoridades remetiam a explicação para questões ligadas ao “banditismo”⁸ e motivações domésticas resultantes da chantagem cíclica da guerra movida por indivíduos manipulados para sustentar o ego das elites internas e externas⁹.

Porém, em resposta a toda esta conjuntura inaugura-se, a partir do primeiro trimestre de 2020, o ensaio para a promoção do desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado, concretamente com a criação da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), através do Decreto nº 9/2020, de 18 de Março, do Conselho de Ministros. O foco da ADIN é a promoção de acções de carácter multiforme de modo a impulsionar o desenvolvimento socioeconómico de forma integrada e fomentar a harmonia social em toda

região norte do país, com especial atenção para Cabo Delgado.

Este ensaio deve ser localizado no contexto mais amplo do esforço de conciliar a luta contra o extremismo violento através da frente militar e da componente de reconstrução do tecido social e económico. Desta feita, para além da criação da ADIN, em Julho de 2021 chegavam em Moçambique as tropas do Ruanda e, um mês depois, era lançada oficialmente a ofensiva militar da SADC (SAMIM - Mission In Mozambique).

Ademais, a criação da ADIN permitiu também que o processo de reconstrução de Cabo Delgado fosse multifacetado, envolvendo diferentes actores que apresentam distintos projectos e programas cuja principal componente é a criação de um ambiente de coesão social na província e na região norte no geral. Estes actores olham para o papel que os jovens desempenham no conflito e como podem ser dotados de capacidades para participar do processo de construção da paz e reconstrução do tecido socioeconómico, político e cultural, o que resultaria no seu envolvimento no desenvolvimento da província.

Os pressupostos enunciados tornam importante a necessidade de fazer-se um mapeamento do espaço de oportunidades e dos desafios que os jovens podem ter dentro deste processo multifacetado, atendendo à confluência, heterogeneidade e dinâmicas dos actores que desenham e implementam programas e projectos para a reconstrução de Cabo Delgado.

Quais são as oportunidades e desafios dos jovens tendo em conta os actores envolvidos na reconstrução de Cabo Delgado?

A tarefa principal do Estado é resolver os problemas da sua população, quer através da criação de políticas de redistribuição da renda, quer através da criação de condições e oportunidades que permitem que cada cidadão materialize o seu projecto de vida. Entretanto,

num contexto pluralista e de manifesta falta de capacidade do Estado, como mostra ser Moçambique, o governo não é a única entidade que gere os assuntos da sociedade, devendo exercer o papel de facilitador e de criador de consensos por forma a permitir

que actores como a sociedade civil organizada, sector privado, academia, media, e outras formas de administração indirecta do Estado, como as autarquias ou agências governamentais, possam fazer face aos problemas que a população enfrenta no seu quotidiano.

⁴ MAQUENZI, J.; FEIJÓ, J. Pobreza, Desigualdades e Conflitos no Norte de Cabo Delgado. Observatório do Meio Rural, *Observador Rural: Documento de Trabalho*, n. 76, Julho 2019.

⁵ *Waithood* is a concept developed by political scientist Diane Singerman in 2007, to describe the period between teen age and adulthood, while young people wait to secure a stable job and get married. It is often used in the work on youth, social movements, and social change by the Mozambican anthropologist, Alcinda Honwana.

⁶ Comunicado da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) – Recuperação das Vilas de Mocimboa da Praia e Palma. 10 de Agosto de 2021, disponível em: <https://cta.org.mz/2021/08/10/> acessado em 7 Jun. 2022

⁷ MAQUENZI, J.; FEIJÓ, J... *op.cit.*

⁸ The General Commander of the Police of the Republic of Mozambique, Bernardino Rafael, gave seven days to the criminals who are creating a change of order in Mocimboa da Praia to lay down their weapons. For more details see *Jornal Notícias*, available at: <https://www.jornalnoticias.co.mz/comandante-geral-da-prm-em-mocimboa-da-praia-atacantes-tem-sete-dias-para-depor-as-armas> accessed on 17 Jul. 2022

⁹ President Nyusi says violence in Cabo Delgado, in the north of the country, has an internal and external hand. For more details see DW, available at: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-nyusi-pede-uni%C3%A3o-no-combate-aos-insurgentes-no-norte/a-52244014> accessed on 17 de Jul. 2022

Actores	Nível	Interesses
Governo de Moçambique (Secretário de Estado da Juventude e Emprego – SEJE, Secretaria de Estado do Ensino Técnico-Profissional - SEETP, Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável - FNDS)	Central	Criar políticas, programas e projectos com vista ao desenvolvimento socioeconómico e espírito de cidadania e patriotismo nos jovens; Criar políticas de acesso à educação profissional; Gerir as finanças do processo de reconstrução no âmbito dos programas da ADIN;
Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN)	Regional	Criar oportunidades para jovens de modo a desencorajar a sua filiação aos grupos do extremismo violento, colocando-os ao serviço do desenvolvimento da região norte e do país;
Conselho Executivo Provincial de Cabo Delgado (CEP-CD)	Provincial	Criar oportunidades de emprego ao nível provincial para os jovens; oferecer programas de recreação e desporto;
Agências Internacionais: Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projectos (UNOSP), Cooperação Suíça; Embaixada dos Países Baixos; Organizações da Sociedade Civil (CDD, MASC, IESE, CESC, Fundação AZUL);	Internacional, Nacional, Provincial e Local	Financiar/desenvolver programas alternativos, como programas de engajamento cívico e participação política, formações em liderança e habilidades do século XXI e engajamento na construção de paz e coesão social; Monitorar os programas aprovados e implementados pelo Governo;
Sector Privado: TotalEnergies, ENI, ExxonMobil, ENH, CTA, Conselho Empresarial Provincial de Cabo Delgado, Pequenos empresários locais;	Internacional, Nacional, Provincial e Local	Recuperação do ambiente de negócios na província; Contratar mão-de-obra especializada e de qualidade para fazer face aos seus investimentos;

Quadro 1: Principais actores envolvidos na reconstrução de Cabo Delgado, seu nível e interesses na criação de oportunidades para jovens¹⁰.

O papel do Governo como actor principal

Uma das grandes oportunidades que os jovens obtêm com a apresentação e consequente processamento das suas demandas é a criação de políticas, programas e projectos por parte do Governo que atendam a necessidades específicas, como a reconstrução no contexto do conflito em Cabo Delgado. Deste modo, foram implementadas mudanças institucionais aquando da formação do Governo do quinquénio 2020-2024, três anos depois da eclosão do extremismo violento, com a extinção do Ministério da Juventude e Desportos e do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, e consequente criação da Secretaria de Estado da Juventude e Emprego (SEJE), através do Decreto Presidencial nº 2/2020, de 30 de Janeiro.

A SEJE tem como objectivo essencial definir, promover e implementar políticas, estratégias, programas e quadro legal para as áreas da juventude, emprego e voluntariado que visem o desenvolvimento socioeconómico e espírito de cidadania e patriotismo nos jovens. Portanto, esta instituição deveria mostrar o caminho que se pretende trilhar no contexto da mudança geracional, onde a juventude teria um papel estruturante nos processos de governação e de desenvolvimento de Moçambique.

Da análise feita, percebe-se que os programas e projectos desenvolvidos pela SEJE foram todos estruturados para serem implementados a curto e médio prazos (2021-2025) e têm no Programa EMPREGA a sua

principal interface. O Programa EMPREGA é uma iniciativa para jovens empreendedores financiada pelo Banco Mundial em 27.5 milhões de dólares e que tem como objectivo criar 50 mil postos de trabalho.

O Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis (FAIJ) começou em 2015 e o SEJE está a dar continuidade com o novo modelo que teve início em 2020, onde a gestão dos fundos passou a ser feita por um banco comercial (Banco Comercial e de Investimentos – BCI) e teve como províncias beneficiárias: Inhambane, Gaza, Tete e Niassa. Portanto, não englobou os jovens da província de Cabo Delgado. A principal exigência para aceder a este fundo é que os proponentes devem ter conta bancária e licença de operação na área em que se candidatam.

O Prémio Jovem Criativo, criado pelo Diploma Ministerial nº 6/2014, de 12 de Maio, tem em vista impulsionar a criatividade no seio dos jovens, nas áreas de empreendedorismo, inovação tecnológica e criação artística. Embora a sua idealização tenha sido feita em 2014, a sua implementação e publicitação tem sido notável nos últimos três anos. Por exemplo, em 2021, a gala nacional teve lugar em Cabo Delgado, com o objectivo de servir essencialmente como um veículo de demonstração de solidariedade e inclusão da província afectada pelo extremismo violento.

O AGORA EMPREGA é uma das iniciativas que teve a sua fase piloto lançada na província de Maputo e consiste em apoiar jovens empreendedores que têm pelo menos a 10ª classe concluída ou um curso técnico de nível equivalente. Esta competição tem duas fases: Primeira Fase Piloto - foi lançada em Março de 2022 e privilegiou a província e Cidade de Maputo; Segunda Fase Nacional – sua implementação está prevista para Outubro de 2022 a Maio de 2025, em todo o país.

O Concurso Meu Kit, Meu Emprego é uma iniciativa da SEJE implementada pelo Instituto Nacional de Emprego, com o financiamento do Banco Mundial. Em 2021 distribuiu em Cabo Delgado, concretamente nos distritos de Pemba, Montepuez, Mecúfi, Namuno e Metuge, 65 kits da especialidade de corte e costura para, numa primeira fase, produzir máscaras de prevenção da COVID-19.

Ora, se por um lado os programas formulados e timidamente implementados pela SEJE se multiplicam, por outro a sua visibilidade e o seu impacto não se notam. Primeiro, porque são iniciativas que não olham para a especificidade dos contextos e, segundo, porque privilegiam jovens urbanos que têm acesso à educação, serviços financeiros e a burocracia do Estado, em detrimento dos jovens rurais que sofrem com a falta de emprego e marginalização e que estão propensos à instrumentalização para práticas que colocam em causa a sobrevivência do Estado.

¹⁰ Este trabalho reconhece a existência de um conjunto muito mais amplo de actores com interesses na reconstrução de Cabo Delgado, como por exemplo a academia, os media e os principais centros de pesquisa sobre conflito e *peace-building*. No entanto, reserva a sua análise para os actores indicados no Quadro 1 por serem relevantes para efeitos do tema proposto

População com idade para obter conta bancária em Cabo Delgado



Fonte: Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), 2017.

A formulação de políticas públicas de impacto para jovens deve ter em conta uma visão holística e concertada entre diferentes actores e instituições, pela natureza multidimensional que apresentam. Devem abordar, igualmente, questões estruturais para que tenham sustentabilidade a longo prazo e não sirvam meramente como políticas eleitoralistas com vista a criar uma ilusão de futuro melhor nos jovens, o que pode atizar outros conflitos.

Uma das razões estruturais avançadas pelas primeiras tentativas de compreensão das mo-

tivações do engajamento dos jovens de Cabo Delgado no extremismo violento é o défice de institutos de formação técnico-profissional e profissionalizante, o que fez e faz com que os poucos jovens com acesso à educação escolar não tenham ocupação profissional depois de concluírem o 1º e 2º ciclo do ensino secundário geral. As poucas escolas técnico-profissionais públicas existentes em Cabo Delgado, quatro estão concentradas na capital provincial Pemba, e outras duas nos distritos de Macomia e Quissanga¹¹.

População rural entre 15 e 34 anos em condição de alfabetização em Cabo Delgado



Fonte: Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), 2017.

A instituição responsável pela formação profissional de jovens é a Secretaria de Estado do Ensino Técnico-Profissional (SEETP), criada pelo Decreto Presidencial nº 36/2020, de 17 de Novembro. Esta instituição tem como atribuições centrais a promoção da criação de instituições de ensino técnico-profissional e de formação profissional (alínea g) e a promoção da expansão do acesso ao ensino técnico-profissional e a formação profissional (alínea h).

No caso de Cabo Delgado, a idealização de novas escolas de ensino técnico-profissional nas zonas afectadas pelo extremismo violento no contexto de reconstrução criaria oportunidades de formação de jovens, permitindo-lhes participar de forma informada das oportunidades criadas pelo SEJE. No en-

tanto, não se conhecem acções práticas desta instituição. Aliado a esta questão, está o desafio da exigência de documentação num contexto em que alguns jovens tiveram o seu acervo incendiado durante os ataques dos extremistas violentos.

De facto, num contexto em que 80% da população activa em Cabo Delgado pratica a agricultura, silvicultura e pesca como principais actividades de sobrevivência e de rendimento, era suposto que os projectos e programas de empreendedorismo implementados pelo Governo provesses apoios naqueles sectores e não procurar incutir soluções exógenas, como o caso dos kits de costura, que podem não ter o potencial de dinamizar a economia e criar um efeito multiplicador no desenvolvimento da província.

A Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) como ponto de confluência de actores e acções

Conforme demonstrado, a região norte de Moçambique, que além de Cabo Delgado inclui as províncias do Niassa e Nampula, apresenta características quase homogéneas em termos de índices de desenvolvimento humano e económico, e a estruturação do extremismo violento ganhou contornos nestas províncias, sobretudo com a tendência de recrutamento de jovens para engrossarem as fileiras dos extremistas violentos¹².

Foi nesse contexto que surge a ADIN¹³ com o objectivo de oferecer uma narrativa contrária àquela difundida pelos extremistas violentos e criar oportunidades de modo a colocar a sociedade, principalmente os jovens, ao serviço do desenvolvimento da região e do país. Para tal, um conjunto de acções foram mobilizadas para abordar, numa primeira fase, o combate contra o extremismo violento, sendo que instrumentos como o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD) e o Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte (PREDIN) foram aprovados pelo Governo. Estas iniciativas são financiadas principalmente pelo Banco Mundial, Nações Unidas, União Europeia e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), sendo que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) aparece como principal actor de gestão financeira.

Com efeito, o PREDIN é o instrumento que reconhece, pela primeira vez, a exclusão e marginalização política e económica dos jovens como sendo os maiores problemas que devem merecer atenção no âmbito da reconstrução de Cabo Delgado, com vista à criação de capacidades de resiliência dos jovens face ao extremismo violento. Avaliado em 2,5 mil milhões de dólares, o programa deverá ser implementado num período de cinco anos. Se efectivamente for implementado, o PREDIN apresentar-se-ia como uma grande oportunidade de impulsionar a criação de empregos e renda para os jovens

¹¹ FEIJÓ, J. (Coord.). *Conflito e Desenvolvimento em Cabo Delgado*. Maputo: Escolar Editora, 2021.

¹² FORQUILHA, S.; PEREIRA, J. Afinal, não é só Cabo Delgado! Dinâmicas da insurgência em Nampula e Niassa. *IDEIAS* n. 138. IESE, 9 Mar. 2021. pp. 1-2

¹³ TAVARES, A. Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN): uma solução ou paliativo para reconstrução de Cabo Delgado?. *Diálogos de Governança* n. 004. DCPAP-FLCS/UEM, 2 Nov. 2021. pp. 7-9

de Cabo Delgado e da região norte no seu todo.

Todavia, os desafios persistentes em relação à independência e transparência da ADIN, com o seu mandato centralizado no Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), não oferecem garantias de

efectivação de mudanças radicais que possam responder cabalmente aos problemas dos jovens por excluir actores da sociedade civil que contribuiriam para a monitoria independente do processo de implementação das acções. Em última análise, a presença de diferentes actores na estrutura da ADIN tor-

caria esta agência num espaço de participação, construção de confiança e intersecção de acções com a função de contribuir de forma multifacetada para a criação de coesão social, construção de paz e impulso ao desenvolvimento com base no agenciamento da capacidade dos jovens locais.

O papel do Conselho Executivo Provincial de Cabo Delgado como implementador de acções no terreno

O novo pacote de descentralização desenhado em 2018 com a revisão pontual da Constituição da República (CRM) e efectivado em 2019 com a eleição indirecta dos governadores provinciais não permite muita manobra para a concretização das promessas eleitorais.

As razões para tal prendem-se concretamente com a disputa do espaço e protagonismo entre o Conselho Executivo Provincial e os Serviços de Representação do Estado na Província, além da sobreposição em termos de recursos financeiros e humanos e até em termos de organização burocrática. Esta situação constitui um entrave na apresentação de políticas robustas e realísticas para resolver os problemas dos jovens, além de que o Conselho Executivo Provincial não têm uma base tributária para obter receitas próprias de

modo a pensar em soluções locais. Ou seja, o Conselho Executivo Provincial, que é dirigido por um Governador da Província eleito em sufrágio universal e directo, depende de recursos financeiros de nível central.

Sem muito espaço para a materialização das promessas eleitorais devido a vários factores, como a exiguidade de recursos e limitado envolvimento na estrutura de gestão da ADIN, o Conselho Executivo Provincial de Cabo Delgado limita-se a desenvolver programas de promoção do desporto e de entretenimento para ocupar de forma positiva os jovens, além de implementar um modesto plano de apoio ao retorno às zonas de origem das populações deslocadas devido ao conflito.

Ora, a institucionalização dos governadores provinciais eleitos ocorreu em 2020, portan-

to três anos depois do início do conflito e depois de pesquisas terem indicado a falta de oportunidades de emprego e marginalização dos jovens na província como razões da sua adesão ao extremismo violento. Era expectável que o Conselho Executivo Provincial de Cabo Delgado tivesse um papel relevante na mobilização dos jovens para não aderirem ao extremismo violento, mas acima de tudo ser o ponto de chegada e de coordenação das oportunidades ao nível provincial e a sua redistribuição de forma equitativa, visando envolver a juventude no processo de desenvolvimento. O Conselho Executivo Provincial de Cabo Delgado deveria, no contexto da reconstrução, ser um implementador efectivo de acções no terreno, buscando uma mobilização alternativa de recursos, de modo a materializar a essência da sua criação.

As agências internacionais e as organizações da sociedade civil como proponentes de alternativas e agentes de monitoria da acção governamental

As organizações da sociedade civil em Moçambique desempenham um papel importante na monitoria da acção governamental, contribuindo muitas vezes para a descoberta de casos de uso indevido de recursos. Entretanto, a sociedade civil enfrenta o fechamento do espaço cívico, situação que dificulta o seu trabalho no terreno, sobretudo em Cabo Delgado.

No âmbito da reconstrução do tecido socioeconómico de Cabo Delgado, as organizações da sociedade civil desenharam programas de intervenção que visam criar condições para a coesão social, desenvolvimento de cultura de paz e harmonia e engajamento dos cidadãos em direitos humanos e participação nos espaços democráticos existentes.

São disso exemplo o Programa “Acções da Sociedade Civil para Coesão Social no Norte de Moçambique”, implementado por um consórcio constituído pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), Fundação MASC (Fundação Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil) e o Instituto de Estu-

dos Sociais e Económicos (IESE), com o apoio da Cooperação Suíça para o Desenvolvimento (SDC). O foco deste programa é a criação de capacidade para jovens e mulheres em seis distritos da região norte de Moçambique. Em Cabo Delgado estão abrangidos os distritos de Montepuez e Chiúre.

O CDD lidera o consórcio na sua componente de criação de agência para jovens - que se materializa-se através dos Youth Hubs (Centros de Jovens) e Academias de Liderança. Esta componente visa realizar formações em engajamento cívico, liderança, empreendedorismo social e habilidades do Século XXI, como forma de contribuir para que os jovens estejam inseridos na discussão dos problemas que lhes afectam e, por via de um diálogo com as autoridades governamentais, encontrarem fórmulas para a sua solução. Os Youth Hubs permitem também que os jovens usem os recursos que dispõem para criar oportunidades para eles, para outros jovens e para a sociedade em geral.

O Centro de Apoio e Capacitação da So-

iedade Civil (CESC) desenvolve o programa sobre direitos humanos denominado IGUAL. Financiado pelo Reino dos Países Baixos, o IGUAL foca-se na capacitação das organizações da sociedade civil de nível local, incluindo aquelas que trabalham com temáticas ligadas à juventude, na apropriação dos seus direitos e na criação de uma cultura de cidadania. Igualmente ao nível local, a Fundação Azul está a implementar o programa YOPIILA que treina jovens em habilidades para a vida, empreendedorismo e tecnologias verdes e prepara os jovens para o emprego.

Através do programa de Recuperação da Crise do Norte (NCRP), implementado pelo Governo moçambicano através do FNDS e ADIN, com ajuda técnica da UNOPS e financiamento do Banco Mundial, a Fundação Azul participa em acções de coesão social, através da criação de comités de paz nos centros de reassentamento do distrito de Metuge. Nesses comités, os jovens são treinados em narrativas positivas de jornalismo comunitário para reforçar as histórias de sucesso e realizar

campanhas de paz e coesão social.

Apesar deste esforço na implementação destes programas e outros, existe o desafio

de alargamento do espaço de actuação para outros distritos, bem como a dificuldade em termos de penetração devido ao cenário do

conflito que contribui para o fechamento do espaço cívico e limitação da acção de actores não-estatais.

O sector privado enquanto responsável pela absorção de mão-de-obra dos jovens

O sector privado em Cabo Delgado é dinamizado actualmente pelas empresas multinacionais do gás, pedras preciosas e grafite, além das empresas nacionais e locais que absorvem a mão-de-obra dos jovens da província. Para além dos desafios impostos pelo extremismo violento que contribuiu para a suspensão temporária do projecto de LNG da TotalEnergies aumentando o número de jovens desempregados, este sector rege-se pelas leis do mercado e, acima de tudo, a

economia extractivista exige mão-de-obra altamente qualificada, difícil de encontrar no seio da juventude de Cabo Delgado.

O tipo de requisitos exigidos para o acesso ao emprego no sector extractivo numa província em que nunca houve investimento na formação técnico-profissional faz com que os jovens locais percam espaço para jovens provenientes de outras províncias, uma vez não estarem preparados para satisfizer as exigências das empresas multinacionais que têm

uma dimensão globalizada, não olhando, por isso, para fronteiras quando se trata de contratação de recursos humanos qualificados.

Uma das soluções seria a criação, no âmbito da proposta de Lei Conteúdo Local, de oportunidades de formações profissionalizantes e estágios profissionais, incluindo nas empresas nacionais, como a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e outras que compõem a gama de logística, para posterior inserção de jovens na indústria extractiva.

Considerações finais

Este texto procurou analisar o perfil dos jovens de Cabo Delgado para perceber as motivações que contribuem para o seu engajamento no extremismo violento, para depois apresentar a estrutura de oportunidades e os principais desafios enfrentados no processo de reconstrução da província, incidindo nos programas, planos e projectos apresentados pelo Governo, ADIN, Conselho Executivo Provincial de Cabo Delgado, agências internacionais, organizações da sociedade civil e sector privado.

Constatou-se que, embora existam oportunidades de emprego movidos, em primeiro lugar, pela indústria extractiva que caracteriza a economia de Cabo Delgado desde finais

da primeira década e princípios da segunda década de 2000, existem igualmente grandes desafios relacionados com o fraco nível de formação e de domínio de línguas estrangeiras, nomeadamente o inglês, necessárias para a inserção dos jovens nos projectos das empresas multinacionais.

No âmbito da reconstrução, existem várias iniciativas que pretendem oferecer outra narrativa aos jovens de modo a não se juntarem ao extremismo violento, destacando-se os programas do Governo através da SEJE, o papel do Conselho Executivo Provincial de Cabo Delgado e as iniciativas de organizações da sociedade civil, parceiros e agências internacionais que apoiam na edificação

de ambiente de paz e harmonia, coesão social e empreendedorismo juvenil através de formações em habilidades que permitam aos jovens acessarem ao mercado de emprego.

Efectivamente, as oportunidades para jovens no âmbito da reconstrução de Cabo Delgado devem apresentar uma abordagem holística e contextualizada com a realidade local, mas acima de tudo devem ser coordenadas e integradas, o que permitiria a abrangência de jovens de outros distritos de forma justa e transparente. Nesse sentido, a ADIN e Conselho Executivo Provincial de Cabo Delgado estão em melhor posição para articular este processo, mediante uma estrutura que contempla os diferentes actores.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Abdul Gafur Monteiro Tavares
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

